

SAN'ANA DO LIVRAMENTO – PRODUÇÃO DE ESPAÇO URBANO EM CIDADE DE FRONTEIRA

Neiva Otero Schaffer*

A rapidez com que se adensa, na América Latina, a rede de cidades e a posição e forma que, nesta urbanização, assumem as metrópoles têm colocado nessas duas questões a ênfase dos estudos urbanos. Os trabalhos sobre os centros de pequeno e médio porte são escassos, ainda que determinadas análises tenham ressaltado o papel desses centros enquanto espaço que têm capacidade potencial de reter população e de dinamizar o espaço regional.

A busca de um desenvolvimento sócio-econômico para os países do Cone Sul da América, através de um projeto de integração, põe em pauta a necessidade de intensificar os estudos regionais e urbanos referentes às faixas fronteiriças desses países.

Nesse sentido, torna-se relevante ampliar e aprofundar o conhecimento desses espaços de forma a apoiar as medidas que venham a ser adotadas, a prevenir efeitos indesejados e a ter condições para avaliar mudanças que possam ocorrer na realidade local.

As características que vem assumindo a urbanização na fronteira meridional do Estado e o papel que representam as cidades aí localizadas, que já vivenciam formas cotidianas de integração, se colocam como questão importante nesse conhecimento a ser produzido.

Nesta fronteira as cidades repetem, em outra escala, os traços gerais da urbanização da América Latina, ainda que comportem especificidades.

As fronteiras terrestres dos países sul-americanos foram, em função do modelo de ocupação e de inserção na economia mundial, marcadas pela dispersão do povoamento, pelos vazios humanos, pela falta de clareza no traçado das linhas divisórias, pelos conflitos pela posse da terra, pela debilidade dos vínculos entre países vizinhos.

Poucas fronteiras do continente afastam-se dessa caracterização genérica de escassez histórica de contato. Nesse caso, inclui-se a fronteira meridional, entre Brasil e Uruguai, onde em seis pontos ocorrem contatos via núcleos urbanos. Esses núcleos, situados junto à linha demarcatória de fronteira, são separados apenas por curso d'água, como em Jaguarão ou Quaraí, ou aproximam-se, unificando as plantas, como em Santana do Livramento.

* Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grando do Sul. Porto Alegre – Brasil.

A dinâmica demográfica do continente – com taxas ainda bastante elevadas de crescimento vegetativo anual – e a estrutura produtiva, geradora de forte mobilidade no sentido campo-cidade, resultam numa configuração territorial que, desde a década de 30, é cada vez mais marcadamente urbana. Assim também se deu nessa fronteira.

Da mesma forma, nessas cidades identifica-se forte diferenciação e segregação social; ampliação das áreas de influência das economias informais, desenvolvimento de estratégias diferenciadas de sobrevivência por sectores cada vez mais numerosos da população; aumento dos segmentos pauperizados da população e, ainda, elevação dos custos da urbanização devido à ampliação horizontal da área urbana. As contradição dos custos da urbanização devido à ampliação presença de áreas edificadas de alto luxo frente à expansão dos espaços favelizados, repetindo padrões de ocupação residencial comumente associados às metrópoles.

A apreciação da situação da situação atual das cidades da fronteira gaúcha, em especial daquelas situadas em municípios que divisam com o Uruguai, não pode omitir a origem das mesmas. Esta está intimamente ligada ao projeto português de expansão política em direção às terras coloniais espanholas. Sinalizam, portanto, esse avanço territorial. Surgem num contexto de lutas fronteiriças e de demarcação de linhas-limite de soberania. Resultam da presença de acampamentos militares depois desmobilizados, de quartéis e guardas, dos postos avançados das comissões de demarcação de – medida nitidamente dirigida a garantir a posse – e de estabelecimento de pontos para controle fiscal.

Localizados em territórios cuja atividade produtiva se baseou na pecuária extensiva realizada em grandes propriedades, esses centros urbanos são a sede atual de municípios de grande área e de baixa densidade demográfica. Há uma escassez de centros urbanos. Estes raramente alcançam população superior a 50.000 habitantes. No Rio Grande do Sul, apenas Santa do Livramento, Bagé e Uruguaiana ultrapassam esse valor entre as cidades situadas em municípios de fronteira.

As baixas densidades deste espaços fronteiriços, que se repetem também no caso da fronteira com a Argentina, opõem-se à concentração da população urbana. São raras as vilas. As cidades reúnem a quase totalidade da população urbana. As distâncias que separam esses centros e a escassez de meios de comunicação, bem como a precariedade dos transportes, características dessas áreas até épocas recentes, explicam a presença de equipamentos relativamente significativos quanto a serviços e comércio nessas cidades.

Ainda que sejam escasos os estudos sobre as cidades fronteiriças, já está bem marcado o fenômeno de urbanização/esvaziamento dos campos próximos. Este vem ocorrendo, nos últimos anos, tanto no Uruguai quanto no Brasil. Enquanto fato compatível com a evolução da urbanização de seus países sede, o fenômeno

vem acompanhado por carências acentuadas de equipamentos urbanos de toda ordem.

O crescimento desses centros de fronteira, identificado pelo ritmo de incremento demográfico; se faz junto a um quadro de insuficiência de saneamento, habitação, equipamentos de saúde e educação, bem como de baixa renda familiar entre a maior parte da população e em ambos os setores da fronteira.

As cidades de fronteira Brasil-Uruguaí vêm apresentando, nessas últimas décadas, um padrão de comportamento que não se distancia essencialmente da urbanização que marca os países do Terceiro Mundo e, conseqüentemente, a urbanização nacional, processada nos termos de um capitalismo dependente, num nível externo, e segregador, no âmbito da cidade. Portanto, as contradições inerentes a esse processo e que se materializam no espaço das cidades capitalistas modernas estão também ali presentes.

Essas cidades repetem em escala menor os fenômenos de segregação urbana detectados nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas. Em relação à organização do espaço interno, verifica-se uma valorização da área central, com elevação do preço do solo e produção de prédios de vários pavimentos, e expansão horizontal do espaço destinado à ocupação residencial pela implantação de loteamentos. Essa verticalização/horizontalização tem causas que não podem ser buscadas no crescimento demográfico e/ou na exaustão do estoque de solo para construção, visto que o ritmo de produção de edifícios e de loteamentos é mais rápido que o demográfico e que há grande número de terrenos não construídos.

Por outro lado, o aumento de população de baixo poder aquisitivo, proveniente de um êxodo de trabalhadores rurais e mesmo da pauperização de segmentos urbanos, é detectado em algumas cidades da fronteira sul desde a década de 30. É fenômeno, portanto, contemporâneo ao de grandes cidades do continente, ainda que em proporções menores enquanto número, mas de similar drasticidade para aquele que vivem o processo. Expressam, desde então, o contexto local da economia pastoril. A penetração e a expansão das atividades agrárias (arroz, em especial) não têm conseguido fixar o homem ao campo e mesmo têm acentuado o êxodo, com procura pelas sedes municipais.

Essa situação se visibiliza no aumento das áreas urbanas e periurbanas ocupadas por favelas. A essa estratégia de sobrevivência adotada frente à impossibilidade de participar do mercado regular de habitação somam-se as estratégias adotadas para obter alguma renda quando os postos formais de trabalho escasseiam. A economia informal é outra face desse aumento das populações excluídas do emprego e do consumo.

Assim, a organização do espaço interno nessas cidades concretiza a forte segregação social que está acoplada à concentração da renda. Às reduzidas

áreas de alto investimento para moradias, bem equipadas quanto à infraestrutura, contrapõe-se o aumento das áreas favelizadas.

Neste quadro, que sumariza para a fronteira meridional do país as características mais rotineiramente apontadas para a urbanização do continente, inclui-se a cidade de Sant'Ana do Livramento.

Sant'Ana: A expansão recente do espaço construído

Sant'Ana do Livramento notabiliza-se por uma situação *sui generis*. Surgida no início do século XIX como marco de consolidação da soberania brasileira nos limites meridionais com os domínios platinos, desenvolveu-se intimamente ligada a este espaço. As bases produtivas de ocupação de município e da implantação da cidade (pastoril/comercial) intensificaram as relações com os portos de Montevideu e Buenos Aires. Só neste século, e sobretudo após o desenvolvimento do transporte rodoviário, é que se desloca o eixo prioritário dos fluxos para o espaço nacional.

Esta intimidade com o Uruguai se efetiva ainda pela conurbação com a cidade de Rivera, numa situação de expansão urbana que, praticamente, unifica as duas plantas. Juntas formam um nucleamento de mais de 130.000 habitantes, concorrendo cada uma com metade desse valor.

Até a II Guerra Mundial a expansão urbana ficou bastante limitada. O crescimento ao sul era inviável pela presença do limite político: a fronteira. Nas outras direções duas situações representavam dificuldades à produção de espaço.

De uma parte, e desde sua origem, a cidade se constituía de um núcleo próximo à fronteira, que foi se adensando ao longo do tempo, e de uma ampla área vizinha dominada por propriedades rurais de pequeno e médio porte, que representavam uma faixa de transição entre a sede e o espaço municipal, de estrutura latifundiária. Diversas dessas chácaras passaram a sediar, a partir do início desse século, charqueadas e frigoríficos que, implantados com capitais anglo-plateanos e voltados ao mercado externo, foram responsáveis pela mudança no uso do solo e pelo incremento populacional pela perspectiva de trabalho industrial. Outras chácaras passaram a incorporar novas atividades: receber e abrigar o gado proveniente das estâncias, e que paulatinamente ali sendo conduzido ao abate, e plantar eucaliptos, usados com combustível na atividade fabril. Também as charqueadas e frigoríficos dispunham de áreas com essas finalidades.

De outra parte, a topografia movimentada da cidade exigia investimentos em tecnologia para ocupação adequada dos cerros e canchadas que a municipalidade não conseguia fazer.

Assim, as mudanças no setor produtivo – com aumento do volume de carne (charque e carnes a frio) exportada, sobretudo no início do século – e o aumento das atividades comerciais – por vantagens cambiais para o comércio de Sant'Ana

em relação a rivera desde a metade do século até data recente – representaram estímulo ao crescimento da população residente, que passou de cerca de 27.000 habitantes em 1940 para cerca de 60.000 em 1980. Era, pois, compreensível a importância que assumia a questão habitacional.

Não é, portanto, estranhável, que o valor do solo para uso urbano se elvasse, representando elemento desencadeador de negócios imobiliários. Em 1973 surgiu na cidade o primeiro escritório para este tipo de atividade. Em 1990, funcionavam mais de 30, de diferentes portes.

Entre 1970 e 1989 o número de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal é significativo, como pode-se observar no quadro abaixo.

LOTEAMENTOS APROBADOS EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO 1930-89

PERÍODO	NÚMERO
1931-40	2
1941-50	-
1951-60	5
1961-70	4
1971-80	15
1981-89	30
Total	56

Fonte: Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal

O maior número de loteamentos ente os acima totalizado colocaram no mercado entre 1000 e 300 lotes. Há, no entanto, pequenos loteamentos (10 a 20 lotes) quanto glebas maiores (500 a 1000 lotes).

A compreensão desse fenômeno veloz de produção de novos espaços urbanos para uso residencial – mais de 80% dos loteamentos aprovados e implantados em 19 anos – deve envolver a análise de três situações que tomam vulto sobretudo após os anos 60.

De um lado, determinadas mudanças tecnológicas causaram impactos sobre o uso do solo. Neste caso inclui-se a expansão e melhoria do transporte rodoviário. A implantação de rodovias e o transporte de gado em caminhões permitiu que os frigoríficos recebessem lotes pequenos de gado para o abate, dispensando as chácaras de pousio. Estas perderam sua função e, conseqüentemente, a renda resultante deste uso.

De outra parte a possibilidade de investimentos na correção – através de drenagens, aterros, terraplenagens, - de determinadas situações de sítios que dificultavam a ocupação de certas áreas permitiu a extensão da malha viária urbana e incorporou espaços ao núcleo residencial primitivo.

Deve-se considerar ainda o importante papel que o Estado representou, neste momento, como agente de produção de espaço. Ao promover condições de financiamento para a compra da habitação e para obras de saneamento e infraestrutura, através da criação e para obras de saneamento e infraestrutura, através da criação de determinadas instituições, como o Banco Nacional de Habitação e outras, provocou um norteamento no sentido da esterilização dos espaços produtivos periurbanos, rapidamente transformados em espaços residenciais.

Cabe ressaltar que, especificamente para Sant'Ana do Livramento, é no início dos anos 70 que se oficializam os atos referentes à aprovação do loteamentos e à tributação desses lotes. A posse dessas áreas – que passaram a localizar-se dentro dos limites urbanos por mudança administrativa desses limites – implicava, devido à tributação, em altos custos para manutenção do patrimônio fundiário. Para os proprietários destas glebas os loteamentos representaram uma estratégia viável de capitalização.

Os loteamentos tanto foram realizados pelos proprietários quanto por outros, através da venda das áreas. Nestes casos a origem dos capitais liga-se basicamente a atividades pastoris e comerciais.

Ao comentar um artigo escrito por Miguel Arregui em 1983 e que trata da vida de Rivera no início dos anos 80, quando o forte do movimento comercial situava-se no Brasil, Pintos (1985, 169) indica elementos interessantes para entender o crescimento de Sant'Ana do Livramento nestes últimos anos. Segundo Arregui

“Los avateres cambiarios metieron a aquella ciudad en un ritmo de crecimiento vigoroso y desordenado. Cifras oficiales le asignan hoy ...80 mil habitantes. ...Veinte mil de ellos son uruguayos, se asegura, que con documentación o sin ella, trabajan, residen y consumen en Santa Ana. Las casitas de madera de antano han dado paso a construcciones seriadas y a los bloques de apartamentos. En la periferia de la ciudad se esparcen numerosos barrios nuevos, repletos de casitas blancas que huelen a pintura fresca. En su rededor aún no han crecido árboles, pero por sus puertas escapan racimos de gurises de cara sucia.”

Mesmo que as análises sobre as condições de produção econômica indiquem para Sant'Ana, nesse período, um dinamismo das atividades comerciais, decorrente de favoráveis situações cambiais, trazendo levadas de turistas uruguaios e argentinos, o que seguramente resultou em índices mais altos de ocupação de mão-de-obra, atrativo para a mão-de-obra alheia à cidade e busca de habitação, dois fatos devem ser considerados.

Em primeiro lugar a grande maioria desses loteamentos foi projetado para adquirentes de baixa renda. Pesquisa recente¹ indica que a ocupação da própria

¹ Schaffer, N – Origem e Ocupação de População Residente em vilas de Sant'Ana do Livramento – 1989 – datilografado.

cidade que está sofrendo um processo de periferização devido à rápida valorização dos espaços centrais. Por outro lado, nestes mesmos loteamento para uso público – vêm sendo tomadas por população que ali constrói um barraco, sem dispor de nenhuma infraestrutura (luz, água e saneamento). Representam, de forma quase absoluta, população nascida na cidade, de ocupação irregular, e que já pagou aluguel, não dispondo hoje de recursos para tanto. Houve, para este segmento, uma efetiva pauperização, com redução da renda média familiar mensal, o que o alija da possibilidade de cobrir os gastos com habitação.

Por outro lado, o número de lotes urbanos colocados no mercado supera o número de famílias novas. Forma-se um estoque de terrenos ao mesmo tempo em que a cidade se estende em área. A ampliação da malha urbana determina a redução de sua densidade e o encarecimento dos serviços urbanos.

A comparação entre as exigências legais para a implantação e comercialização de lotes urbanos no município e a situação da maioria dessas áreas loteadas põe a nú uma série de incoerências.

Na quase totalidade dos loteamentos as áreas institucionais e as áreas de recreação, que por lei são definidas pela Prefeitura, correspondem aos trechos de menor valor comercial e de mais problemático aproveitamento.

Essa situação indica que a administração Municipal, através dos órgãos responsáveis pela análise, escolha das áreas citadas e aprovação dos loteamentos foi, no mínimo, negligente na sua fundação de zelar pelo patrimônio público. A cidade ficou com os piores pontos do sítios urbano (encostas ígremes, barrancos, sangas, banhados) enquanto os loteadores foram liberados do ônus de dar um tratamento a estas áreas de difícil comercialização.

É necessário considerar ainda que essas áreas ficam tremendamente expostas à ocupação por populações de baixa renda e afastadas, portando, do mercado regular do lote e da habitação. Tais situações são perfeitamente detectáveis em diferentes pontos da cidade onde áreas institucionais foram utilizadas para assentamentos irregulares, originando vilas com inúmeras dificuldades de atendimento.

Apesar da legislação ser muito específica quanto ao traçado de vias e passeios públicos, indicando critérios quanto a localização, dimensões, declividades, ... houve, em boa parte dos loteamentos, não cumprimento das exigências. A administração pública mostrou-se incapaz de cumprir com sua competência legal em fiscalizar a implantação dessas vias, por incapacidade real ou negligência. Disso resulta a presença de vias mal traçadas e mal preparadas, com trânsito difícil. Com frequência estão posicionadas no sentido do fluxo de escoamento das águas pluviais, favorecendo as enxurradas e o acúmulo nas áreas mais baixas.

Uma outra situação, decorrente das condições de tratamento das vias que não foi dado aos esses loteamentos, especialmente aos de cunho popular, isto é, vendidos a população de menor poder aquisitivo e em parcelas, diz respeito aos prejuízos políticos que a precária infra-estrutura dessas vilas acarreta às administrações municipais. São elas que representam, para os moradores, as responsáveis pelas condições de moradia.

O papel representado pelo loteador, responsável pela implantação do loteamento, enquanto investidor que procura no mercado de terras uma forma de acumulação de capital, buscando gastos mínimos na colocação do produto à venda (lote urbano) não é apreendido pelos moradores. Para esses à Prefeitura, uma entidade aparentemente desconectada dos municípios, é que deve ser responsabilizada e pressionada a realizar os serviços.

Dessa forma os prejuízos causados por uma administração, irresponsável ou despreparada para fiscalizar a forma como se processa a expansão física da área urbana. Remete para o futuro – às demais administrações e à própria municipalidade – o ônus dos benefícios que apenas a alguns foram propiciados.

Há ainda duas situações que devem ser consideradas. Uma diz respeito à mudança no padrão de habitação das camadas de maior renda. Nos últimos 15 anos a implantação de dois loteamentos de maior valor imobiliário e a construção de prédios de apartamento na cidade conduziram a dois comportamentos residenciais novos para a cidade: a verticalização, acoplada ao conceito de morar “em segurança” e “num estilo moderno”, e o surgimento de bairros residenciais de bom nível, rompendo o padrão tradicional da elite local de morar no centro, “junto à praça”.

Outra situação, bastante peculiar, visto desconhecer-se na literatura exemplos similares, diz respeito a uma estratégia utilizada por alguns dos proprietários locais para a exploração da terra urbana. Trata-se do “aluguel de piso” ou “aluguel de terreno”. Segundo esta modalidade, sob a qual aproximadamente 1000 lotes estão sendo usados atualmente na cidade, o proprietário de uma gleba aprova e implanta um loteamento, mas não vende os lotes.

Passa a alugar os terrenos, regularmente organizados e contando com serviços urbanos, permitindo aos “inquilinos” que construam a habitação. Esta pode ou não ser retirada ao término do “contrato”. Representa uma forma de manutenção do patrimônio fundiário, redução dos custos com impostos, diminuição dos riscos de invasões e, sobretudo, uma via de acumulação pela exploração da propriedade.

Considerações finais

A expansão física da cidade, entendida neste trabalho como a ampliação, no tempo, do espaço urbano construído – resulta da combinação de dois mecanismos ou processos que se completam e articulam, ainda que movidos por

interesses diferentes. De um lado se põe a necessidade de morar do habitante da cidade e que, não dispondo deste espaço, deve procurar alternativas diversas para ali residir, e de outro o interesse do proprietário de solo urbano, que também pode ser proprietário de prédios (casas ou edifícios) em obter renda a partir deste bem, lucrando com elas e ampliando seu capital. As estratégias de um e outro segmento se diversificam, mas não se dissociam, na medida em que o caminho de um é resposta ou desafio ao caminho do outro. As especificidades destas estratégias podem marcar o caráter de uma área no que se refere à produção (forma e ritmo) de espaço urbano.

A necessidade de morar implica num caminho de inclusão regular no mercado da habitação, onde se inclui a compra de terrenos ou casas/apartamentos ou seu aluguel, ou então na moradia à margem deste mercado.

No caso de Sant'Ana do Livramento a acumulação de capital envolvida na produção da cidade está vinculada à manutenção de áreas vazias há longo tempo para uso futuro, na expectativa de preços melhores. Neste caso, que começa, a concretizar-se basicamente a partir da década de 60, entram o parcelamento de glebas e a organização de loteamentos, com revenda ou aluguel de terrenos, que pode ou não estar associada também à existência de uma empresa construtora. A cedência do lote (aluguel) para construção de moradia caracteriza uma estratégia de manutenção do patrimônio em terras urbanas na qual os custos com o mesmo (impostos) são eliminados pelo ingresso dos valores cobrados com aluguéis e os riscos de invasão de terras e desapropriações para dar uma "função social à propriedade urbana" (art. 182, par. 4º da Constituição Federal) tornam-se praticamente nulos tendo em vista o efetivo uso residencial do solo urbano.

A análise da expansão da cidade nos leva a concluir que um dos princípios –ou falta de – que norteiam a ampliação deste espaço tem sido a falta de ética nas relações entre indivíduos.

Esse comportamento se verifica por parte de determinados políticos que, no trato com a população de mais baixa renda, de modo geral analfabeta e fragilizada frente ao outro, sujeita e dependente por sua ignorância, não se preocupa com a discussão e solução efetiva dos problemas candentes para o cotidiano local, mas prioriza seus dividendos políticos.

A falta de ética está presente quando funcionários da administração pública, que têm como atribuição da administração pública, que têm como atribuição zelar pelo patrimônio coletivo, "escolhem", nos projetos de loteamentos que devem analisar e aprovar, as piores áreas para o uso futuro da coletividade: na quase totalidade dos loteamentos são as parcelas de construtibilidade mais problemática as que foram "selecionadas". A municipalidade, como um todo, arcará com o custo de aproveitamento desses espaços gerados pelo interesse em obter vantagens pessoais que está na base deste descompromisso profissional e desta falta de respeito para com os demais.

Da mesma forma, e na origem, participam muitos loteadores. Passam ao largo da legislação, não vêm razões para não corromper e, dentro do possível, não cumprem as determinações de projeto. A prática de providenciar que os lotes de difícil ou oneroso aproveitamento para construção em função dos trabalhos que exigem (encostas, fundos de barrancos, áreas alagadiças), e portanto de comercialização quase inviável, sejam “selecionados” pela fiscalização da Prefeitura atende a este princípio de máxima lucratividade às custas do coletivo.

Na medida em que este estudo restringe-se a uma cidade, não tendo sido realizadas análises similares que permitam a comparação, não é possível afirmar-se que esta falta de ética seja extensível à realidade urbana brasileira. Mas os diversos estudos já publicados e que analisam diferentes estratégias de sobrevivência e de segregação urbana, nas quais os elementos de exploração e espoliação são detectados e denunciados, deixam inferir que uma mudança de mentalidade no sentido de uma ética mais humana torna-se questão prioritária para uma melhor qualidade de vida urbana.

BIBLIOGRAFIA

Caggiani, I – Sant’Ana do Livramento – 150 anos de Historia – 3 volumes – ASPES – Sant’ana do Livramento – 1983/86.

FEE – Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul - 1987 – Volume 20 FEE – Porto Alegre – 1987.

FEE – Agregados Econômicos – RS – Série: Valor Agregado – Vol. I FEE – Porto Alegre – 1986.

FNUAP/ONU – Conferencias sobre Población y Ciudades Pequeñas y Medianas en América Latina y Caribe – México – DF – 1986.

IBGE- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volumes XXXIII e XXXIV – Rio Janeiro – 1959.

IBGE – Censos demográficos – 1940 a 1980 – Rio de Janeiro.

IDES (Instituto de Investigación y Desarrollo) – Economía de Frontera Uruguay – Brasil – Avances de Investigación – Montevideo – 1987.

Pintos, A – Rivera – Una Historia Diferente Intendencia Municipal de Rivera – Montevideo – 1985.

Schaffer, N – Indicadores Demográficos de Municípios Gaúchos da Fronteira Brasil – Uruguai em 1980 – Comunicação apresentada no Encontro de Estudos Fronterizos – Rivera - 1988.

Schaffer, N – Urbanização: as Áreas de Fronteira e a Integração Latino-americana In Gelpi, A e outros “O Rio Grande do Sul Urbano” – FEE – Fundação de Economia e Estatística – Porto Alegre – 1990.

Veiga, D – Economía de Frontera entre Uruguay y Brasil – Anexo 2 IDES – Instituto de Investigación y Desarrollo – Montevideú – 1988.